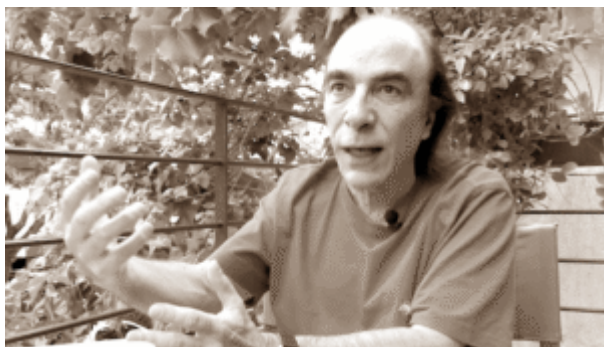


Argentina - a anorexia da oposição



Por **EMILIO CAFASSI***

Por que nenhum “nós” consegue desafiar Milei? A crise de imaginação política que paralisa a oposição argentina

A Argentina entrou nas eleições com uma oposição cambaleante, fragmentada e demasiado preocupada com disputas internas para oferecer uma alternativa credível à agitação social. O peronismo, núcleo histórico que representou maiorias em vários períodos, atravessa a sua crise mais profunda em décadas: sem uma liderança clara, sem um plano de sucessão e sem uma narrativa capaz de cativar aqueles que abandonaram a política.

Embora nunca tenha sido preciso no seu discurso, muito menos no seu programa ou estrutura organizacional, parece ossificado na sua retórica, territorialmente fragmentado e sem um candidato competitivo à vista para 2027 – uma força “sem bússola” que assiste à fragmentação do seu bastião em Buenos Aires entre Cristina Kirchner e Axel Kicillof.

Completa-se o cenário a falta de renovação, a luta municipal por verbas públicas e as fissuras onde outrora reinava a disciplina. O peronismo surge, assim, não como vítima de forças externas, mas como refém das suas próprias deficiências.

Anorexia da oposição

Esse vácuo se estende ao restante da oposição não peronista, mais preocupada com a fragmentação do que com a busca por uma direção comum. O mesmo se aplica à União Cívica Radical (UCR), enfraquecida pelo enorme custo político de sua aliança com o partido PRO de Mauricio Macri na extinta coalizão “Cambiamos”, em grande parte cooptada por Javier Milei.

O eleitorado compareceu às eleições legislativas dividido entre a rejeição da plataforma de Javier Milei e o distanciamento emocional daqueles que deveriam se opor a ele: um presidente que “não sabe como consertar a economia”, que só pensa em dívida e alianças sufocantes, mas uma oposição ainda menos confiável e temida por sua incapacidade de oferecer um rumo após o relativo fracasso do governo de Alberto Fernández.

Entre as críticas à administração libertária e o horror do retorno do peronismo, consolidou-se um voto defensivo e resignado, que preferia “não piorar as coisas”. Mas a crise não é circunstancial. É estrutural.

Alejandro Horowicz, que há décadas dissecas as metamorfoses do peronismo, argumenta que o movimento chega a este ciclo “desarmado”, como a fase terminal de um quarto peronismo sem projeto, corroído por duas décadas de tensões entre retórica épica e governança, entre representação e burocracia, entre as massas e a máquina. Essa longa agonia do peronismo – e, em seu reflexo, de toda a oferta política tradicional – deixou um vazio histórico: um país que perdeu a capacidade de produzir maiorias estáveis e cujo sistema eleitoral se tornou uma “democracia da derrota”, onde cada ciclo de oposição é mais fraco que o anterior.

Esse vácuo foi o palco perfeito para Javier Milei, que não precisou construir uma alternativa: bastava preenchê-lo. Ele

venceu não apenas pelo que prometeu – choque, ferocidade, austeridade, sentimento anti-establishment – mas pelo que seus adversários deixaram de representar.

Em uma sociedade cansada e desorientada, com altos níveis de abstenção e uma crise de representatividade expressa nos jovens que sequer sentem o dever cívico de votar, o libertarianismo emergiu como um sintoma, e não como uma solução. A oposição, incapaz de compreender o clima social, viu-se reduzida a assistir à sua própria implosão, que abriu as portas para uma experiência política com características cada vez mais personalistas e teocráticas.

Porque em tempos de crise, a natureza amorfa e estrutural do peronismo (e, em certa medida, também do radicalismo) se amplifica, revelando toda a sua diversidade. Num extremo, isso inclui todo tipo de colaborador de Javier Milei, sem os quais ele não teria conseguido sustentar sua agenda reacionária e repressiva.

Isso não significa que não existam peronistas progressistas ou mesmo de esquerda; significa simplesmente que, na expressão “peronismo de esquerda”, o núcleo é o peronismo, e “esquerda” é apenas um modificador. A estrutura sintática consiste em um substantivo seguido de um complemento nominal, já que nem sequer funciona como adjetivo. Eles baseiam isso numa das “20 verdades” formuladas pelo próprio Perón: uma série de lugares-comuns com tom proverbial que seus seguidores tratam como verdade absoluta.

Por exemplo, ele afirma que “para um peronista, não há nada melhor do que outro peronista” (sem sequer considerar o que poderia ser pior do que López Rega e os assassinos da AAA, ou os governadores que hoje colaboram com Javier Milei e Patricia Bullrich). Se o substantivo não for “a esquerda” ou “progressismo”, se uma frente ampla onde a esquerda peronista seja um dos ramos, seja majoritária ou não, for inconcebível, o projeto sempre nascerá imperfeito.

É essencialmente um obstáculo: serve para dificultar, em certa medida, o avanço da extrema direita, assim como obstrui qualquer reformulação de um bloco progressista que não seja uma alternativa autossuficiente, introspectiva e necessariamente fadada ao fracasso. Nesse contexto – uma oposição exausta, um peronismo à deriva e uma cidadania que vota entre o medo de um colapso ainda maior e a resignação – pode-se interpretar a ascensão de Javier Milei.

A esquerda presa em sua cápsula sectária

A esquerda argentina, ou mais precisamente a frente meramente eleitoral (FIT), sofreu uma derrota para Javier Milei com uma velha ferida ainda aberta: a incapacidade crônica de transformar o ativismo em hegemonia. As organizações tendem a se cristalizar em formas sectárias, onde um núcleo duro subordina quaisquer aspirações mais amplas à preservação de sua própria identidade e de seu programa “predeterminado”, esperando que a realidade se adapte a ele, e não o contrário.

Essa estrutura produz uma subjetividade militante que resiste a qualquer expansão, teme a chegada de novos atores e se divide quando deveria se unir. Consequentemente, a esquerda se especializa em disputar pequenos territórios – um centro estudantil, um sindicato, uma cadeira ocasional no Congresso – apenas para perdê-los no próximo ciclo eleitoral, porque o que ela não consegue construir é institucionalização, negociação, coordenação e poder sustentável.

O espectro jacobino persiste sob novas formas: a ideia de uma vanguarda iluminista que governa em nome do povo, mas sem ele. Esse moralismo rígido, herdado das tradições revolucionárias do século XX, deixou uma marca indelével: a tentação da pureza doutrinal e a desconfiança na sociedade civil. Na Argentina contemporânea, esse legado tornou-se estéril: produz slogans de guilhotina simbólica que mobilizam minorias intensas, mas não conseguem reunir as maiorias exaustas.

Entretanto, a direita aprendeu a contestar a cultura, algo que a esquerda havia abandonado por inércia ou por uma falsa sensação de autossuficiência moral. Daniel Feierstein argumenta que, já em meados dos anos 2000, setores conservadores começaram a reconstruir um discurso negacionista sofisticado, com novas linguagens, novas plataformas e uma estratégia gramsciana invertida: conquistar o senso comum corroendo o movimento popular por dentro.

Diante disso, grande parte da esquerda respondeu tardiamente, presa a estruturas conceituais ultrapassadas, dialogando com a direita dos anos 1980 enquanto uma direita do século XXI emergia. O distanciamento dos jovens, a incapacidade de compreender a mudança nos valores culturais e a tendência à autorreferencialidade deixaram o progressismo sem as ferramentas para confrontar o que Horowicz define como um processo de desarmamento moral, no qual a vontade de lutar se fragmentou e se tornou incapaz de propor uma visão transformadora.

A oposição a Javier Milei se move como um coro dissonante: muitas vozes, nenhum tom comum. Seu fracasso reside não na falta de análise – a inflação das medidas de austeridade, a regressão social, o desmantelamento do Estado – mas na sua incapacidade de transformar esse repertório de queixas em uma identidade compartilhada.

Diante de um governo que combina um antiestatismo fanático com uma propensão à punição, seus adversários não conseguem encontrar uma maneira de traduzir as múltiplas demandas sociais em uma linguagem comum. E sem uma linguagem comum, não há sujeito político.

Populismo

É necessário, portanto, dissipar a concepção errônea mais persistente: o populismo não é uma ideologia nem um repertório de gestos carismáticos, mas uma lógica política que emerge quando as instituições deixam de processar o crescente número de demandas não atendidas.

O filósofo argentino Ernesto Laclau insistiu em seu livro *Sobre a razão populista* que as sociedades não implodem por excesso de conflito, mas sim por seu silenciamento: somente quando a lógica da diferença se esgota e deixa demandas insatisfeitas é que se abre o terreno para a equivalência, para o reconhecimento mútuo entre reivindicações díspares que descubrem que sua exclusão tem a mesma raiz.

Aí, o conceito de povo começa a tomar forma, não como uma entidade sociológica, mas como um efeito discursivo que requer um significante vazio capaz de condensar o heterogêneo – “povo”, “pátria”, “dignidade” – e um ponto de catexia afetiva onde esse vazio se torna identificável. O populismo é, em sua essência, a poética dessa condensação.

Se aplicarmos essa lógica à Argentina contemporânea, o problema torna-se cristalino: as demandas não atendidas são inúmeras – salários dizimados, serviços desmantelados, violência repressiva, incerteza generalizada –, mas não se reconhecem mutuamente. Permanecem aprisionadas em suas particularidades, capturadas pela lógica diferencial da raiva solitária.

Não há equivalência porque não há um ponto de encontro simbólico: nenhum significante vazio para articular o descontentamento, nenhum nome capaz de unir a multiplicidade sob um único guarda-chuva identitário. Javier Milei, paradoxalmente, encontrou esse ponto: “a elite”. A oposição, por outro lado, oferece apenas diagnósticos isolados e uma prudência que beira a apatia moral. É por isso que o descontentamento não se traduz em um sujeito político: é um arquipélago sem ponte, um coro sem partitura, uma indignação sem estrutura.

A questão, portanto, não reside apenas na fragilidade organizacional da oposição, mas também na sua incapacidade de conceber uma fronteira antagônica que não seja mera nostalgia ou uma simples administração progressista da catástrofe. A crise é dupla: de representação e de imaginação. Ernesto Laclau alertou que nenhuma hegemonia pode ser construída sem contestar a linguagem e sem oferecer uma narrativa de uma comunidade possível.

A oposição não perdeu apenas votos: perdeu também a vontade de articular uma visão. Sem esse compromisso, qualquer alternativa se esgota numa tecnocracia impotente, incapaz de dialogar com aqueles que hoje vivenciam a austeridade como uma forma de desapropriação existencial.

A força de Javier Milei não reside na coerência de seu programa – que é mais uma taxidermia ideológica – mas em sua

a terra é redonda

capacidade de se apropriar do significante vazio que a oposição abandonou. Não importa que “liberdade” seja um termo saturado de contradições; o que importa é que ele funcione como um condensador libidinal, uma tela na qual se projeta o ódio, o desejo de ruptura e a fantasia de purificação moral.

É assim que um significante vazio opera: ele não explica, ele convoca. Ele não descreve o mundo, ele o ordena afetivamente. É por isso que Javier Milei foi capaz de transformar o descontentamento social em um “nós” delirante, unido pela promessa de destruir os responsáveis por todas as frustrações.

A economia do afeto e a paralisia da oposição

A política contemporânea não se trava apenas no campo dos argumentos, mas também na economia do afeto: toda identidade popular é sustentada pela catexia, por um investimento libidinal que estabiliza a cadeia de equivalência. Aí reside outra falha da oposição: ela deixou a dimensão afetiva nas mãos dos reacionários libertários.

Enquanto Javier Milei oferece intensidade – ainda que destrutiva –, a oposição oferece tibieza. O partido no poder captura o prazer da transgressão, a epopeia do insulto, a estética da punição. A oposição responde com diagnósticos contábeis, pedagogia insípida e admoestações morais que não comovem ninguém. Sem catexia, não há “povo da oposição”: há eleitores à deriva, humores voláteis, cálculos instáveis.

A consequência é devastadora sem uma articulação equivalente, sem um horizonte capaz de nomear um “nós” alternativo, a sociedade não se polariza politicamente; ela se despolitiza. A fragmentação do descontentamento leva ao cinismo, à apatia ou à autodefesa individual. O protesto não emerge como uma identidade coletiva, mas como um gesto desesperado: cada pessoa exige o que lhe pertence e depois recua.

Javier Milei não apenas ganhou votos: ele conquistou o monopólio da gramática política. Diante de seu avanço, a oposição responde com um moralismo impotente que não consegue produzir comunidade. Se o populismo é a forma como a democracia se lembra de sua incompletude, a oposição argentina optou por esquecê-la, refugiando-se na ilusão de que a mera gestão – ou a restauração do passado – pode compensar a falta de uma fronteira antagônica crível. E onde não há fronteira, não há batalha: apenas a administração do colapso.

Mas reconstruir a equivalência não significa copiar o desempenho do governo. A imitação sempre chega tarde demais e em tom paródico. A oposição não precisa gritar mais alto, demonstrar indignação vicária ou produzir um anti-Milei simétrico. Em vez disso, precisa articular as demandas dispersas – de aposentados, estudantes, trabalhadores, pequenas e médias empresas, cientistas e usuários de serviços públicos – em uma narrativa que não seja nem nostalgia pelo estado de bem-estar social nem uma ladainha legalista sobre direitos violados.

Deve criar um nome próprio, um significante capaz de unir essa heterogeneidade sem falsificá-la. Não se trata de inventar um povo de cima para baixo, mas de identificar a ressonância comum entre aqueles que atualmente sofrem com as adversidades. Equivalência não é propaganda: é escutar. E a oposição parou de escutar há anos, preocupada como estava em administrar seus conflitos internos ou em lutar pela sobrevivência de suas legendas partidárias.

A essa dificuldade soma-se um problema estrutural: a oposição não conseguiu compreender o realinhamento geracional e territorial do país. Se não surgir um significante capaz de nomear essa vulnerabilidade compartilhada, Javier Milei continuará a explorá-la, agravando ainda mais a situação. A oposição fala com quem já a conhece; não fala com quem ainda não tem uma identidade política. E sem uma nova forma de apelo, não há “novo povo”.

Um horizonte possível - desafiar o senso comum

Toda luta hegemônica começa com o senso comum. Não se trata de um terreno a ser evangelizado, mas sim reorganizado. O fracasso da oposição reside em acreditar que o senso comum é um espaço fixo, colonizado pelo neoliberalismo, quando

a terra é redonda

na realidade é um campo em constante transformação: nele, coexistem o cansaço, a raiva, a necessidade de ordem, o desejo de proteção, a experiência de abuso por parte do empregador e o orgulho de sobreviver. Este terreno não é vazio: é aberto.

Portanto, a questão não é qual significante vazio a oposição deveria usar, mas qual antagonismo ela está disposta a construir. Contra quem ou o quê é o “nós” que poderia desafiar o significado libertário articulado? Ernesto Laclau diria que não há povo sem um inimigo simbólico; nenhuma comunidade sem uma fronteira. A oposição teme nomear essa fronteira, como se denunciar o poder econômico, midiático ou financeiro fosse um gesto proibido. Nessa vergonha, desaparece qualquer possibilidade de alternativa.

Se a oposição não consegue articular um sujeito coletivo, é porque evita formular o antagonismo que deveria sustentá-lo. Não se trata de escolher um inimigo caricaturado – a “casta” libertária já monopoliza esse teatro –, mas de nomear a estrutura que produz vulnerabilidade social: a concentração econômica, o poder financeiro que dita a vida, a precariedade transformada em norma, a violência policial como pedagogia do medo.

Sem essa decisão de nomear, toda a política se torna gestão de danos. Ernesto Laclau insistia que antagonismo não é ódio; é a delimitação simbólica do campo de disputa. Mas a oposição tem medo de definir fronteiras, como se apontar para o poder real fosse falta de moderação ou uma ameaça eleitoral. Nesse silêncio, Javier Milei orquestra o conflito a seu bel-prazer, enquanto seus adversários discutem sobre margens.

Embora cada país tenha que encontrar as ferramentas políticas que lhe permitam traçar uma linha divisória entre esquerda e direita, a experiência de convergências progressistas de esquerda, como a Frente Ampla Uruguaia ou a Nova Frente Popular Francesa, vem marcando, ainda que com dificuldades, uma alternativa real para a disputa sobre significado e poder.

Mas todas as referências estrangeiras falham se não ousarem confrontar esse próprio colapso, essa impotência vernacular. É nessa fronteira onde a política parece exausta que muitas vezes surge um novo fôlego. Toda era de devastação, contudo, abre uma brecha: onde o medo se torna rotina, pode surgir uma rebelião do desejo. Não uma epopeia – e muito menos uma partidária –, mas uma comunidade que se recusa a aceitar como natural a crueldade que a governa.

Nessa fissura – minúscula, tenaz – a reconstrução do laço rompido poderia começar. Porque nenhum povo está condenado à exposição eterna: sempre resta uma voz que persiste, uma memória que pulsa, um futuro que exige ser dito antes mesmo de existir.

**Emilio Cafassi é professor sênior de sociologia na Universidade de Buenos Aires. Autor, entre outros livros, de Olla a presion: Cacerolazos, piquetes y asambleas sobre fuego argentino (Libros del Rojas). [<https://amzn.to/442vaxw>]*

Tradução: **Artur Scavone**.

A Terra é Redonda existe graças aos nossos leitores e apoiadores.

Ajude-nos a manter esta ideia.

CONTRIBUA